



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2019, nas dependências do Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado à Rua Getúlio Vargas, 597, os responsáveis pelo Órgão Gerenciador (OG), nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do Pregoeiro e Equipe de apoio, homologado e publicado no Meio de Divulgação Oficial do Município em 16 de dezembro de 2019, resolve REGISTRAR O PREÇO da licitante com preço mais vantajoso, observadas as condições do Edital que regeu o Pregão Presencial, enunciada abaixo e no item que se segue.

Licitante vencedora:

FATIMA VILLANI, CNPJ nº 30.672.709/0001-02, com sede na Avenida Antônio Alves Ramos, nº 973, Centro, na Cidade de Pejuçara/RS, representada nesse ato, por sua representante legal, Sra. Fatima Villani, portadora da cédula de identidade RG nº 3053523142 e CPF nº 004.501.900-21.

1 – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços de serviços veterinários, em acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019, que passa a fazer parte integrante desta.

2 – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura.

2.1 Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93 e do art 5º do Decreto Executivo nº 1251/2011, esse Município não está obrigado a contratar exclusivamente por intermédio da presente Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 – PREÇOS

Os preços ofertados pela empresa signatária da Presente Ata de Registro de Preços constam na tabela abaixo:

Item	Qtde	Un	Descrição	Preço Unit. R\$
1	50	UN	ESTERILIZAÇÃO E CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) COM ATÉ 10 KG	250,00
2	50	UN	ESTERILIZAÇÃO E CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) DE 10 A 20 KG	350,00





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

3	50	UN	ESTERILIZAÇÃO E CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) ACIMA DE 20 KG	400,00
4	30	UN	CIRURGIA DE EMERGÊNCIA EM CÃES	250,00
5	30	UN	EXAME DE RAIOS X EM CÃES	250,00
6	30	UN	DIÁRIA DE INTERNAÇÃO DE CÃES	100,00
7	30	UN	ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA PARA CÃES	250,00
8	100	UN	CONSULTA E APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM CÃES	120,00
9	1	UN	ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS ANIMAIS QUE SE ENCONTRAM NO LOCAL CONHECIDO COMO SULTEPA, PRÓXIMO À BR 158, DISTRITO DE MARMELEIRO, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE PEJUÇARA.	700,00

4 – CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços deverão ser realizados de acordo com o Termo de Referência (Anexo I do Edital), e em conformidade com a Autorização de Serviços.

4.2 O prazo para a execução dos serviços será iniciado subsequente à assinatura da presente Ata de Registro de Preços, mediante o envio da Autorização de Serviços ou documento equivalente, indicando a quantidade e o serviço a ser prestado.

4.2.1 As AS poderão ser entregues diretamente no escritório da contratada ou encaminhados por meios eletrônicos.

4.3 Se dentro do prazo proposto, não for possível iniciar a execução dos serviços, poderá ocorrer prorrogação, no máximo, pelo mesmo prazo inicial, desde que de forma justificada e solicitada dentro do prazo previsto inicialmente e aceita pela administração.

4.4 Dentro do prazo de vigência contratual, a contratada está obrigada a prestar os serviços desde que obedecidas as condições da AS, conforme previsão do Edital da Licitação que precedeu a Formalização dessa Ata.

4.5 Os serviços rejeitados, por estarem em desacordo com as especificações ou condições exigidas no contrato, deverão ser refeitos nos seguintes prazos:

- imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da verificação; e
- em até 24 horas após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à verificação.

4.6 A recusa da contratada em refazer os serviços levará à aplicação das sanções previstas por inadimplemento.

4.7 O OG promoverá ampla pesquisa do mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da prestação dos serviços.

5 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- quando a contratada não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;
- quando a licitante não assinar a Ata ou o Contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

- c) quando a contratada não retirar a AS, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- d) quando a contratada não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;
- e) quando a contratada solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

5.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a)” a “e)”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.3 No caso de se tornar desconhecido o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

6 – PENALIDADES

6.1 deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado da contratação;

6.2 executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

6.3 atraso injustificado na execução dos serviços: multa de 2% (dois por cento) sobre o total do contrato mais o acréscimo de 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil de atraso, limitados estes a 10 (dez) dias úteis, prazo após o qual será considerado inexecução contratual.

6.4 inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 (três) anos e multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

6.5 inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato;

6.6 causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos e multa de 8% (oito por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

6.7 Verificando-se outras irregularidades na execução do contrato, não tipificadas nos itens anteriores, poderá a Administração aplicar as demais penalidades previstas pelo art. 87 da Lei nº 8.666/93, definindo-se quanto à multa o percentual máximo de 10% (dez por cento), a ser dosada pela municipalidade em razão das inconformidades constatadas.

6.8 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

6.9 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta a contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, não haverá o pagamento.

6.10 Nenhuma penalidade será aplicada sem a competente instrução prévia de Processo Administrativo Especial – PAE, em que seja ao licitante/contratado assegurado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prefeitura Municipal de Pejuçara

7 – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 Cabe à Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, por meio de servidor designado por portaria, na condição de órgão Participante (OP), proceder o acompanhamento e a fiscalização rotineira dos serviços prestados, quanto ao atendimento de todas as especificações e condições de execução.

7.2 O fiscal está investido do direito de recusar, em parte ou totalmente, o serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas.

7.3 As irregularidades constatadas pelos OP deverão ser comunicadas ao OG, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias para corrigi-las ou, quando for o caso, aplicadas as penalidades previstas.

8- CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

8.1 Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a prestação dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

8.2 Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

8.3 Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao OP, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro) horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

9- FORO

Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Cruz Alta/RS.

Certos e ajustados, firmam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vai assinada e ratificada na presença de 02 (duas) testemunhas, responsabilizando-se as partes por todos os termos, para que deles decorram os esperados efeitos jurídicos.

Pejuçara, RS, 17 de dezembro de 2019.

EDUARDO BUZZATTI
Prefeito Municipal

FATIMA VILLANI
Empresa

Testemunhas

